

FALE COM A GENTE!

Editores: Christiane Lourenço, Michella Guijt,
Rafael Motta e Ronaldo Abreu Vaio
E-mail: cidades@atribuna.com.br
Telefone: 2102-7157

DESTAQUE DO DIA

CIDADES

Papa e Alckmin ligados a caixa 2 em PG

Construção de emissário submarino pela Odebrecht, contratada pela Sabesp, teria alimentado as campanhas de ambos às eleições de 2014

DA REDAÇÃO*

O deputado federal João Paulo Papa e o governador Geraldo Alckmin (ambos do PSDB) foram citados na delação do ex-presidente da Odebrecht Infraestrutura, Benedicto Júnior. Ele vincula a construção do Emissário Submarino de Praia Grande, obra executada pela Sabesp, ao pagamento de propina aos dois.

De acordo com as planilhas entregues por Benedicto Júnior aos investigadores da Operação Lava Jato, no dia 5 de agosto de 2014, Alckmin, então candidato à reeleição, teria recebido R\$ 1,5 milhão, por intermédio do atual secretário de Planejamento, Marcos Monteiro.

Na época, Monteiro era o tesoureiro da campanha do tucano ao Governo do Estado. Ele estaria identificado no documento como "MM-Partido".

Ainda segundo o documento, João Paulo Papa teria recebido, em 12 de agosto daquele ano, R\$ 300 mil da Odebrecht Infraestrutura. Segundo o ex-mandachuva da empreiteira, os pagamentos foram feitos "de forma ilícita, sob o pretexto de campanha eleitoral". Os valores estão vinculados à construção, em 2007, do Emissário Submarino de Praia Grande, localizado na Vila Tupi.

A obra estava orçada em R\$ 225,8 milhões, mas recebeu quatro aditivos, que elevaram o custo em 24% (próximo do limite para licitações, que é de 25%). Com isso, o Governo do Estado desembolsou R\$ 280 milhões pelo emissário.

No documento da Odebrecht, Papa aparece com o apelido de "Benzedor". Deputado federal desde 2015, ele foi superintendente da Sabesp entre 1991 e 1995, diretor da empresa em 2013 e 2014 e prefeito de Santos, de 2005 a 2012.

Além disso, a Sabesp desclassificou um consórcio que tinha oferecido preço R\$ 22,7 milhões menor para a obra de outro emissário, prevista em edital publicado, em março de 2014, por Papa, então diretor da estatal.

Um contrato de R\$ 339,9 milhões foi firmado em junho de 2014 com a Odebrecht, mas a Justiça concedeu liminar, a pedido do consórcio desclassificado, e a obra nunca foi feita.

INVESTIGADOS

O ministro Edson Fachin, relator dos inquéritos da Lava Jato

no Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a abertura de investigação contra Papa, a pedido do Ministério Público Federal (MPF).

Os procuradores dizem que os repasses ilegais teriam sido feitos ao tucano por causa da influência de Papa na Baixada Santista e que, para a Odebrecht, "seria importante guardar uma relação de longo prazo com ele, pois poderia auxiliar os interesses do grupo em oportunidades futuras".

Fachin determinou, ainda, sigilo na investigação. Alckmin teve o pedido de apuração remetido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

RESPOSTAS

O deputado federal João Paulo Papa diz, em nota, que as obras ocorreram entre 2007 e 2010 e que "a população de Santos e da Baixada bem sabe que, neste período, eu (ele) era prefeito e, portanto, não possuía qualquer relação com a Sabesp".

O texto, ainda, repudia as informações e afirma que Papa não teve acesso aos autos do processo e, só após isso, terá "a possibilidade de apresentar demais esclarecimentos".

Papa diz ainda que não recebeu recursos não declarados em nenhuma das campanhas e que suas contas foram aprovadas pela Justiça Eleitoral.

A Sabesp também diz que a licitação e a conclusão da obra ocorreram entre 2006 e 2010, período em que Papa não tinha vínculo com a estatal.

O secretário estadual Marcos Monteiro informou que "a gestão financeira da campanha de 2014 foi feita dentro da lei" e que as contas foram aprovadas pela Justiça Eleitoral.

ALCKMIN

O governador Geraldo Alckmin afirmou ontem que não tem procedência a vinculação de uma obra da Sabesp a supostos pagamentos ilícitos para campanhas eleitorais em 2014 do PSDB.

Em resposta à delação, Alckmin disse que a obra citada foi licitada em 2006, teve o contrato assinado em 2007 e encerrou em 2010. "Essa informação não tem nenhuma procedência. O contrato acabou faz sete anos", disse o tucano, em entrevista coletiva após o leilão de concessão da Rodovia dos Calçados.

*COM INFORMAÇÕES DO ESTADO CONTEÚDO



A estação elevatória de esgoto é uma das partes do sistema, que custou, no total, R\$ 280 milhões



Os dutos sendo instalados, na altura da Vila Caiçara, em 2009: ao todo, são 4,65 km, sendo 3,3 km submersos

Países pedem informações à Procuradoria

As delações da Odebrecht já motivaram 7 países da América Latina a enviar à Procuradoria-Geral da República (PGR) um total de 19 pedidos de cooperação internacional.

A Secretaria de Cooperação Internacional da PGR recebeu nove pedidos do Peru, três da Argentina, dois do México, dois da República Dominicana, um da Colômbia, um do Equador e um da Venezuela. Cada pedido se refere a um caso específico ou, ainda, a um complemento em relação a uma solicitação anterior.

O primeiro país a receber da PGR as provas solicitadas foi a República Dominicana. A remessa foi feita na quinta-feira, após a homologação, dias antes, do acordo de colaboração do Grupo Odebrecht com aquele país.

O atendimento integral aos demais pedidos está em compasso de espera, em respeito a um prazo de 6 meses que foi dado ao Grupo Odebrecht para que possa firmar acordos de colaboração com outros países, até 1º de junho. As informações enviadas pela PGR poderão ajudar os países a ter acesso mais rápido a informações e provas.

DESDOBRAMENTOS

O secretário de Cooperação Internacional da PGR, Vladimir Aras, afirma que a colaboração tem sido essencial para a obtenção de resultados. E isso inclui também os Estados Unidos e a Suíça, que também têm investigado a Odebrecht.

"Toda essa colaboração entre Suíça, Estados Unidos e Brasil com esses países latino-americanos tem produzido desdobramentos", afirma o secretário. (EC)

STF decide apreciar habeas corpus de Dirceu

Contrariando uma decisão do relator Edson Fachin, os ministros da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram na tarde de ontem que o *habeas corpus* apresentado pela defesa do ex-ministro José Dirceu deve ter seguimento na Corte. A votação, no entanto, será feita em uma sessão futura, ainda sem data.

Em decisão de fevereiro, Fachin havia negado o seguimento da tramitação do *habeas corpus* – isto é, tinha decidido que não havia os requisitos mínimos para que fosse feita uma análise de mérito do pedido de liberdade.

O ministro afirmou, na ocasião, que "a decisão que manteve a custódia processual não foi examinada pelo Tribunal Regional Federal, de modo que o conhecimento prematuro por esta Corte configuraria indevida supressão de instância".

A sessão de terça-feira comemorou com a análise da própria decisão de Fachin de não conhecer o *habeas corpus*. Fachin repetiu o entendimento de negar o conhecimento e manter a prisão de Dirceu. Mas os outros quatro ministros da 2ª Turma votaram no sentido contrário, e no fim o próprio Fachin admitiu dar a tramitação normal ao HC, o que inclui abrir vista à Procuradoria-Geral da República para que se manifeste sobre o mérito do pedido da defesa.

LIVRES

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 3 votos a 2, revogar a prisão domiciliar e, consequentemente, libertar o pecuarista José Carlos Bumlaí, condenado, na primeira instância, em setembro de 2016, a 9 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de gestão fraudulenta de instituição financeira e corrupção passiva. Preso em novembro de 2015, na 21ª fase da Operação Lava Jato, Bumlaí estava no regime de prisão domiciliar desde novembro de 2016, por decisão do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato até então.

Por 3 a 2, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na tarde desta terça-feira, 25, atender o pedido da defesa do ex-assessor do Partido Progressista (PP) João Cláudio Genu e revogar a sua prisão preventiva decretada no âmbito da operação Lava Jato. Genu teve a prisão preventiva decretada em maio do ano passado e mantida em dezembro pelo juiz federal Sérgio Moro, que o condenou a oito anos e oito meses de prisão por 11 crimes de corrupção passiva e associação criminosa por ter participado de um esquema de corrupção que desviava recursos da Petrobras.

mentes desde julho de 2015. Ele foi posteriormente condenado a 11 anos e 3 meses na Justiça Federal do Paraná, pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro relacionados a contratos da Petrobras, e ainda não foi julgado na segunda instância.

SITUAÇÃO

Dirceu está preso preventiva-

mente desde julho de 2015. Ele foi posteriormente condenado a 11 anos e 3 meses na Justiça Federal do Paraná, pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro relacionados a contratos da Petrobras, e ainda não foi julgado na segunda instância.

O que será analisado futuramente pelo STF é uma decisão do Superior Tribunal de Justi-

SEM LULA?

O juiz federal Sérgio Moro decidiu que vai rever a ordem de exigir a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em todas as audiências das 87 testemunhas arroladas por sua defesa caso os advogados do petista também revejam o extenso rol de convocados. O magistrado deu prazo de 5 dias para os advogados de Lula se manifestarem. Nesta ação, Lula é réu por suposta propina de R\$ 75 milhões paga pela Odebrecht em oito contratos da Petrobras. O ex-presidente é acusado de praticar os crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro.

ça (STJ) que manteve a prisão cautelar do petista. O advogado de Dirceu, Roberto Podval, afirma que a manutenção da prisão preventiva quase dois anos depois de ser decretada feriria a compreensão do STF de que as penas devem ser cumpridas apenas após a condenação na segunda instância.

A Tribuna não esquece

Emissário começa a ser instalado



Uma obra de infraestrutura de grande porte, o Emissário Submarino de Praia Grande, começou a ser instalada na tarde de ontem (25) no litoral de Santos. A obra, que tem o objetivo de melhorar o índice de coleta e tratamento de esgoto, será executada pela Odebrecht Infraestrutura, contratada pela Sabesp. O equipamento tem 4,65 quilômetros (km) de extensão (sendo 3,3 km submersos e 1,35 km enterrados) e lança esgoto pré-tratado a uma profundidade de 12,7 metros. Os canos têm um metro de diâmetro. Juntamente com a implantação de 171 km de redes coletoras, a obra tinha o objetivo de melhorar o índice de coleta e tratamento de esgoto de 53% para 95%.

24 de março de 2009

O Emissário Submarino de Praia Grande, o terceiro construído na cidade, custou R\$ 280 milhões ao Governo do Estado. A obra, entretanto, estava orçada, inicialmente, em R\$ 225,8 milhões. O equipamento tem 4,65 quilômetros (km) de extensão (sendo 3,3 km submersos e 1,35

km enterrados) e lança esgoto pré-tratado a uma profundidade de 12,7 metros. Os canos têm um metro de diâmetro. Juntamente com a implantação de 171 km de redes coletoras, a obra tinha o objetivo de melhorar o índice de coleta e tratamento de esgoto de 53% para 95%.